

POLÍTICAS SOCIAIS COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOCIAL POLICIES AS A TOOL FOR ECONOMIC DEVELOPMENT

Matheus da Cruz (UFABC)¹

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre as políticas sociais que colaboram para o crescimento e desenvolvimento do país, tendo a revisão bibliográfica como principal procedimento de pesquisa. A linha argumentativa se inicia com uma breve descrição das concepções de desenvolvimento que emergem entre teóricos latino-americanos associados à CEPAL, para na sequência, descrever políticas sociais implantadas no governo Lula. A reflexão acerca de seus efeitos e da sua forma procura evidenciar o baixo custo dessas políticas e seu efeito paliativo e não transformador da condição precária e desigual que parte da população sofre. As considerações finais apresentam uma crítica não sobre a ação, mas a seu pequeno efeito de mudança progressiva da real situação a longo prazo.

Palavras-Chave: Políticas sociais, Governo Lula, Desenvolvimento.

Abstract

The article focuses on social policies that collaborate for the country's growth and development. The procedures include the bibliography review. The article starts with a description of the conceptions of development from Latin American theorists associated to CEPAL. After this, the text describes social policies implemented in the Lula government. The analyses about its effects and its design seek to highlight the low cost of these policies and their palliative and non-transforming effect of the precarious and unequal condition that part of the population suffers. The final considerations present a criticism not on action, but on its small effect of progressive change of the real situation in the long term.

Key words: Social policies, Lula government, Development.

INTRODUÇÃO

Este trabalho considera as políticas sociais como ferramentas de desenvolvimento econômico que, através de sua expansão, contribuem para a ampliação de condições para o crescimento econômico com efeitos distributivos. Nesse sentido, políticas econômicas que favoreçam a expansão e a promoção de proteção social poderiam ser consideradas componentes de um projeto de desenvolvimento.

Para analisar o impacto da proteção social, portanto, torna-se necessário resgatar o contexto no qual políticas sociais são estabelecidas, associando-as às políticas econômicas, uma vez que podem ser consideradas partes integrantes do projeto político e econômico para o país.

¹ Graduando no Bacharelado em Ciências e Humanidades na Universidade Federal do ABC

A proteção social pode ser alcançada quando, em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade, a ampliação de direitos e a distribuição de renda trazem seguridade social aos trabalhadores, podendo ser também efeito de políticas econômicas com objetivos desenvolvimentistas.

A associação entre desenvolvimento econômico e políticas sociais requer entender os processos de crescimento econômico que propuseram ampliações e investimentos neste tipo de política, por parte do governo federal, que buscaram mudanças significativas no quadro socioeconômico, marcado pela desigualdade, no Brasil.

A primeira seção se ocupa das concepções de desenvolvimento, buscando compreender desafios no campo teórico, com foco nos problemas, barreiras e desafios a se enfrentar quando o objetivo é estabelecer um processo de mudanças socioeconômicas que reduzam as desigualdades.

A segunda seção deste trabalho se preocupa com o crescimento e desenvolvimento, avaliando os dois governos Lula, primeiro e segundo mandato, buscando descrever as políticas econômicas que combinadas às políticas sociais, permitiram alguns avanços econômicos e sociais.

As considerações finais discutem o processo de desenvolvimento brasileiro e suas características, procurando mostrar a importância e a necessidade das políticas sociais ampliadas ou formuladas através de programas e ações políticas.

1. O DESENVOLVIMENTO SOB O PONTO DE VISTA DE SEUS TEÓRICOS E A AMÉRICA LATINA.

Os autores contemporâneos descrevem diferentes desafios, variadas alternativas tanto para sociedades como também para os indivíduos alcançarem o desenvolvimento. Há divergência acerca dos caminhos e ações, embora seja possível um receituário que descrevemos a seguir.

Historicamente, os países hoje considerados desenvolvidos, para aumentarem seu comércio e protegerem sua indústria e mercadorias, utilizaram medidas protecionistas que colaboraram para o seu desenvolvimento econômico. Segundo autores como List e Chang.

A resposta mais sucinta é que eles (países desenvolvidos) não seriam o que são hoje se tivesse adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais 'ruins', como a de

proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação práticas hoje condenadas ou mesmo proscritas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Antes de se tornarem completamente desenvolvidos (ou seja, antes do fim do século XIX e do início do XX), eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais “básicas” como os bancos centrais e a responsabilidade limitada (CHANG, 2004, p.14).

Atualmente, através da globalização, mercado financeiro e da estrutura sistêmica das relações de comércio, indústria e produção, tais países acreditam que para os países não desenvolvidos alcançarem o desenvolvimento é necessária maior interação entre os mercados globalizados e abrir mão do protecionismo e de intervenções estatais nestas relações.

Ao se analisar a história dos países não desenvolvidos, o debate contemporâneo leva a questionar não apenas a forma como os países centrais chegaram a alcançar o desenvolvimento, mas também a própria possibilidade de se alcançá-lo. O desenvolvimento nos moldes que se estabeleceu o crescimento dos países desenvolvidos parece não ser possível diante das características específicas de cada estrutura socioeconômica atual.

Adicionalmente, a discussão sobre o desenvolvimento na América Latina requer a inclusão da temática do Desenvolvimento Sustentável, uma vez que o crescimento e desenvolvimento de muitos países foram baseados na expansão da produção e do consumo, utilizando recursos naturais escassos que, geograficamente, vieram de países não desenvolvidos.

Para esclarecer tais argumentos, o texto se apoia nas concepções de Amartya Sen, mais precisamente de sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, onde o autor discorre sobre as privações dos indivíduos.

Sen observa que a renda não é o único fator limitante das capacidades dos indivíduos. O autor denomina por privações as situações ou contextos que envolvem os indivíduos e que lhes condicionam a liberdade de escolha. Estes fatores se apresentam em diferentes e múltiplas dimensões, e, portanto, os coloca em diversas privações. Há privações que condicionam até mesmo o trabalhador com acesso a renda e emprego. Por exemplo, as condições de trabalho impostas a ele, o transporte que dá acesso a cidade, ao trabalho, as condições de moradia, saúde, educação.

São diversas as privações que afetam um indivíduo e que podem impedir seu desenvolvimento e limitar a sua liberdade. Entretanto, como as privações são múltiplas

e decorrentes de diversos fatores, o indivíduo tem pouco controle sobre eles. A existência de privações é decorrência de um conjunto estrutural de problemas e desafios do desenvolvimento, não só dos indivíduos, mas de uma sociedade, uma nação.

Considerando que as privações são múltiplas, a redução ou eliminação de apenas uma das facetas desses limitantes não é suficiente para se garantir o desenvolvimento. Há condições estruturais que precisam ser garantidas, tais como o acesso igualitário e justo a oportunidades de emprego, renda e saúde, que são necessárias para se ampliar as capacidades de cada indivíduo para enfrentar as privações que lhes afetam.

Deste modo, a discussão se torna estrutural e perpassa a questão das capacidades dos indivíduos, sendo necessário entender o contexto em que esse indivíduo se insere e os riscos e desafios que a sociedade em que ele está imerso sofre, onde suas capacidades estarão delimitadas conforme as fronteiras e desigualdades que a sociedade, digamos país, que ele está inserido, possui, dentro do contexto de globalização.

Discorrendo sobre a questão estrutural, cabe então, falar do contexto latino americano de desenvolvimento debatido dentro da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) onde economistas e cientistas sociais irão debater desenvolvimento e as relações centro- periferia e a teoria da dependência.

Com efeito, a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação traduz se, no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população (FURTADO, 1974, p. 79).

Os chamados estruturalistas da CEPAL, como Celso Furtado, Raul Prebisch e Maria Conceição Tavares, demonstraram que, as relações centro-periferia e a não industrialização dos países latino americanos, irá resultar no chamado “deterioração dos meios de troca”.

A deterioração dos meios de troca, nada mais é que os países latinos americanos, grandes exportadores de matérias-primas, são prejudicados ao não se industrializarem e não desenvolverem economicamente sua indústria e serem grandes importadores de insumos e produtos com agregado tecnológico acrescido em seu valor de troca.

A discussão está no ponto em que os países do centro, os industrializados, indicam para os países periféricos que é possível crescimento e desenvolvimento econômico através da especialização e venda de suas matérias primas e produtos base.

Entretanto, com tal receituário, os países periféricos tornam-se dependentes economicamente dos países centrais.

Pelo menos 90% [dos mitos] que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os ladrões de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, são acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (FURTADO, 1974, p.8).

Ainda sobre tal aspecto, teóricos da dependência como Ruy Mauro Marini, e os mais conhecidos: Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, irão discorrer sobre a dependência de capital que a América Latina necessita para se desenvolver e desta forma, fadada ao crescimento conforme a necessidade externa que os países financiadores possuem, de expandir seus capitais e seu mercado globalizado.

A questão da teoria da dependência produzida por esses teóricos trata da abordagem sobre os meios de troca e o capital necessário para industrialização, todavia, é possível expandir essa relação de dependência, em outros âmbitos, para se discutir desenvolvimento econômico.

Se por um lado, para se industrializar, os países periféricos dependem do capital estrangeiro para promover sua indústria, por outro, se não se industrializarem, ficam dependentes cada vez mais do capital estrangeiro, para consumir suas matérias primas e produtos primários com baixo valor agregado.

Procura-se uma solução de compromisso entre o industrialismo ainda exigido pela periferia e o pós-industrialismo já inaugurado no centro. Seja quais forem os termos desse compromisso, uma coisa é certa: a velha utopia industrialista não é mais sustentável (VEIGA, 2005, p. 196).

Essa relação complexa de dependência não se evidencia apenas nas disputas entre capitais, tampouco se restringe à disputa para mercados de bens primários. Grande parte das políticas econômicas dos países latino-americanos são obrigadas a buscar a conciliação dos mercados globais, buscando acordos, que atendem aos interesses dos países centrais, seja no comércio internacional de bens, na disputa por recursos financeiros ou tecnológicos.

Thomas Piketty, por mais que tenha falado da estrutura das desigualdades, com dados e observações voltados aos países como França e Estados Unidos, cabe salientar a discussão sobre a distribuição de renda e riqueza, que colabora para o entendimento sobre desenvolvimento.

A partir do ponto que levamos em consideração que a riqueza é concentrada, ou melhor, o capital, no controle de uma minoria, no caso por exemplo, de países europeus como a França e Itália, onde os 10% mais ricos detêm 60% da riqueza nacional, podemos discorrer sobre alguns pontos sobre distribuição de renda e desenvolvimento.

Se a renda concentra-se nas mãos de poucos, e seguindo preceitos keynesianos sobre a propensão marginal a consumir, aqueles que possuem maior renda, consomem uma parcela proporcionalmente pequena de sua renda, e aqueles que possuem menor renda, tendem a consumir mais a sua renda ou próximo ao total, então a concentração de renda, prejudica o consumo a distribuição e gera desigualdades.

Se os indivíduos de um país consomem menos devido a restrição de renda, ou melhor, a concentração de renda, desta nação, isso afeta não apenas a qualidade de vida e o bem-estar social desses indivíduos, mas o consumo, o trabalho, a distribuição de capital por esta nação, gerando desigualdades e necessidades ainda maiores.

Piketty aborda que muitos herdeiros, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, começarão a viver como rentistas, ou seja, viver apenas da renda já acumulada, sem necessariamente investir na produção, indústria, trabalho. Esses herdeiros e detentores de capital hoje, concentram-se em sua renda no mercado financeiro, lucrando-se com os juros do capital.

Com isso, o discurso meritocrático perde sua força, pois os maiores ricos ou aqueles que concentram mais capitais, não obtiveram o sucesso apenas a partir do fruto do seu trabalho, esforço ou justiça social, mas a partir da sua herança ou capital acumulado. Dessa forma, desenvolvimento é aqui considerado a partir da ciência dos problemas estruturais, das condições de privações e capacidades impostas aos indivíduos e dos problemas que a concentração de renda gera a toda uma sociedade, mudando o dinamismo e controlando o capital.

2. O DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS GOVERNOS LULA

Observando as ações do governo Lula, do período mais precisamente de 2003 a 2010, esta seção dedica-se a descrever as políticas sociais que colaboraram para o

desenvolvimento de alguma forma, resultando num período econômico de crescimento e de distribuição de renda.

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal brasileiro em 2003, e todo seu histórico político ideológico, tinha se diversas visões para o rumo da economia brasileira, visto a visão e posicionamento deste novo governo, por parte do mercado financeiro e rentistas, como já citado deste trabalho, tinha se insegurança da condução da política econômica que o país iria tomar.

Das políticas econômicas tomadas e o papel do governo, tinha-se, como um dos pilares, promover um crescimento baseado na equidade social. Tal discurso de equidade social encaixa-se concepção de desenvolvimento de Amartya Sen. Para os fins do presente estudo, entretanto, deve-se alinhar tal discurso a um projeto político econômico, dentro de um cenário de desigualdades e concentração de renda.

Um dos programas que reflete a preocupação com tal equidade social, é o programa Fome Zero (2003), sendo uma política de combate a fome que aumenta o gasto público, afetando a política econômica a ser tomada para arrecadação e fluxo dos gastos. Entretanto, outros programas não apenas sociais, mas econômicos, só chegam ao governo com a entrada de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda (2006).

Com as políticas anticíclicas empregadas e o crescimento proporcionado através das commodities, foi possível observar o projeto desenvolvimentista que ganhava força e respaldo no período implementado e surtindo efeito não apenas na sociedade beneficiada, mas colaborando para o crescimento econômico do país.

O aumento do salário mínimo, a ampliação de programas sociais como o Bolsa família, permitiram uma melhor distribuição de renda no Brasil. Programas de habitação como o Minha Casa, Minha Vida e de investimento em Infraestrutura como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) também ganharam força e atrelaram a política social a políticas econômicas empregadas no período.

Autores como Nelson Barbosa afirmam que uma das principais características do governo foi a retomada do papel do Estado e do estímulo de desenvolvimento a longo de longo prazo.

No texto *A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, crescimento e distribuição de Renda* Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza esboçam a visão desenvolvimentista que muitos autores descreviam que o governo deveria tomar, sendo parte dessa visão, refletida nas políticas econômicas, tais como:

O principal objetivo da política de elevação do salário mínimo era recompor as perdas ocorridas no período de alta inflação e fortalecer a poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, em especial dos trabalhadores no setor de serviços e na economia informal. Entretanto, além do seu impacto positivo no mercado de trabalho, o aumento no salário mínimo também elevou o pagamento de benefícios previdenciários por parte do governo federal. Dessa forma, ele aumentou a renda disponível para a maior parte dos aposentados e pensionistas do INSS. Considerando os valores de maio de cada ano, o salário mínimo mensal aumentou de R\$ 240,00 em 2003, para R\$ 260,00 em 2004, e R\$ 300,00 em 2005. Considerando a média anual, o crescimento real do salário mínimo foi de 3,7%, em 2004, e 7,0% em 2005 (BARBOSA; SOUZA, 2010, p.65).

A elevação dos salários mínimos no período colabora para que os trabalhadores possam consumir mais de sua renda, visto a valorização de salários, com isso, uma economia baseada no consumo, acaba por sentir os efeitos quando a classe trabalhadora é beneficiada com políticas econômicas que lhe afetam diretamente.

“Desse modo a visão desenvolvimentista reflete se em enfatizar uma postura mais ativa do Estado na promoção de desenvolvimento econômico”, segundo Barbosa e Souza em seu artigo. Essa postura mais efetiva não necessariamente adotou políticas protecionistas, nem mesmo alterou o processo de tributação no país. Uma postura mais efetiva que não desalinhou parte das políticas econômicas já tomadas por governos mais alinhados ao neoliberalismo.

Então, desse modo o Estado é visto como a instituição encarregada de promover o desenvolvimento, sendo as políticas sociais, parte desse processo de desenvolvimento. As políticas sociais são abordadas de maneiras diferentes por diversos autores contemporâneos, mas o trecho a seguir serve como base para o entendimento deste trabalho.

Apesar de todas as dificuldades e limitações irá adotar-se aqui o entendimento da política social como sendo composta por um conjunto de Programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado. Para tanto, a política social busca realizar dois objetivos conjuntos que são a *proteção social* e a *promoção social* para dar respostas aos direitos sociais⁶ e a outras situações não inclusas nos direitos as quais dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população, inclusive os relacionados à pobreza e à desigualdade. Ademais, a oferta de bens e serviços similares aos oferecidos pelo Estado pode ser fornecida por entidades privadas sejam lucrativas ou não (CASTRO, 2012, p.1013).

Visto isso, é necessário então mostrar as políticas sociais aplicadas no governo aqui estudado e tentar entender sua importância e contexto de desenvolvimento que está inserido, buscando compreender a importância econômica e relevância dos fatos em determinado período.

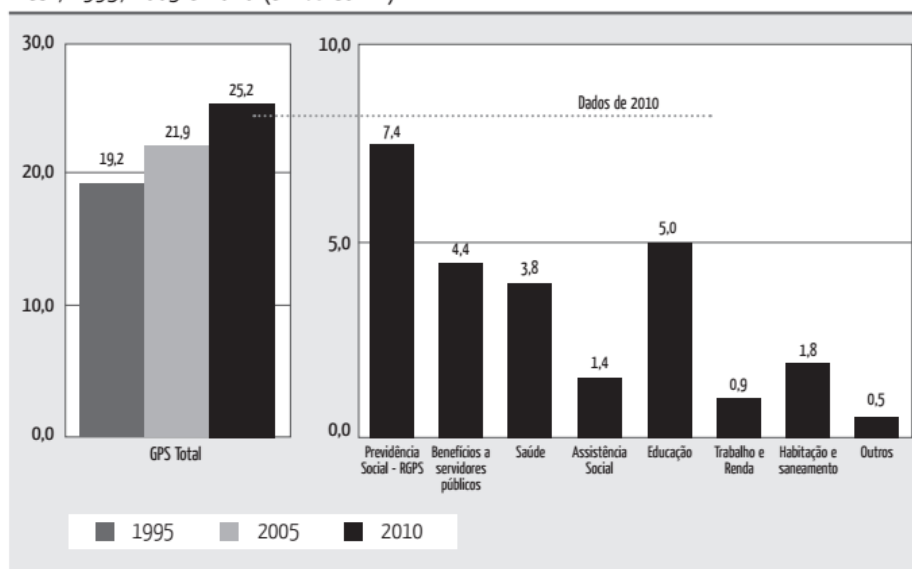
As políticas sociais brasileiras estão inseridas dentro de um contexto global, não por suas aplicações e beneficiários, mas pela dependência do mercado externo e a financeirização do capital do Estado; por mais que toda política social seja retroativa, ou seja, tenha um retorno ao Estado, ela é, também, geradora de gastos, ou melhor custos, mas com retornos.

A instabilidade da política econômica acaba, por essa via, a comprometer as políticas sociais. Se por um lado políticas sociais trazem benefícios e retroalimentam a economia, por outro, tal desenvolvimento é limitado pela forma que, a longo prazo, financiam-se e se sustentam essas políticas.

No gráfico abaixo, temos um demonstrativo nos gastos que o país tem em políticas sociais necessárias em relação ao PIB, nesse caso observamos que estes gastos, em 2010 chegam a 25,2 por cento do PIB.

Gráfico 1

Gasto Público Social e áreas de atuação
Brasil, 1995, 2005 e 2010 (em % do PIB)

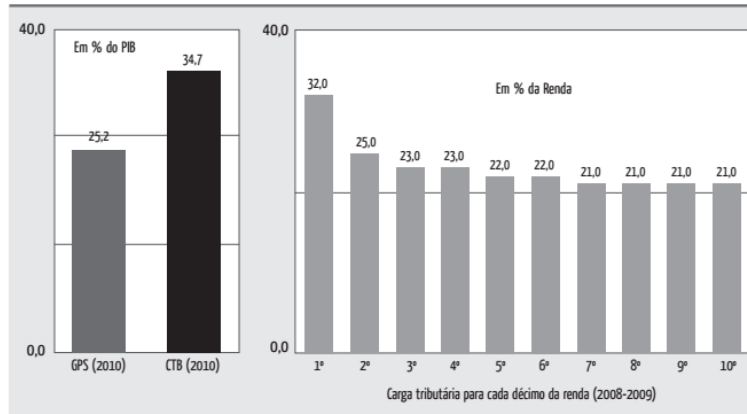


Fonte: Castro (2008) e Sistema Integrado de dados Orçamentários (Sidor) do MPOG.

Entretanto, esse gasto é financiado pela própria carga tributária debitada da população brasileira. Esse financiamento baseado na tributação é alimentado principalmente pelos mais pobres, visto que a tributação incide pelo consumo.

Gráfico 2

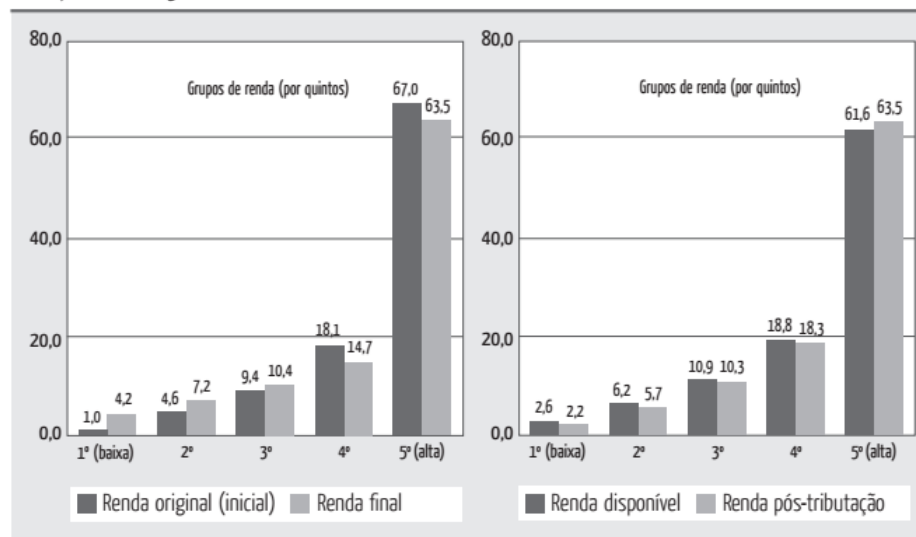
Gasto Público Social (GPS) e Carga Tributária Bruta (CTB), em 2010. Carga tributária para cada décimo de renda, em 2008-2009



Fonte: Castro (2012) e Silveira et. alii (2011).

Gráfico 3

Distribuição de renda domiciliar monetária *per capita* por diferentes estágios da renda, segundo quintos da renda
Brasil, 2008-2009



Fonte: Silveira et. al (2011). Obs.: 1) Ciclo completo da redistribuição da renda; 2) Efeito da tributação indireta na renda.

Essa relação entre a renda disponível e a renda pós tributação é um importante indicador para entender os gastos distributivos do governo. A renda disponível pós-tributação diminui mais para a população dos primeiros quintis da distribuição, de faixas mais baixa de rendimentos. O quinto quintil, da população de maior renda, são

menos afetados pela renda pós-tributação. Supondo que o grupo representado por esse quintil incluía rentistas e detentores de patrimônio derivado da herança ou acúmulo de capital através dos mercados financeiros, eles teriam pouca participação na arrecadação para os gastos sociais.

Todos esses gastos possuem um efeito multiplicador para a economia pois procuram trazer aos beneficiários diminuição das desigualdades e o bem-estar social, como os programas de saúde, educação, trabalho e renda, habitação e saneamento.

Se os gastos com políticas sociais colaboram para a distribuição de renda no país e possuem um efeito multiplicador sobre cada área ou setores beneficiários então não necessariamente não diminuíram a concentração de renda entre os mais ricos, visto os gráficos e tabela anterior, sobre a nossa tributação regressiva sobre a renda.

Quando falamos de desenvolvimento, devemos lembrar também que significa não apenas políticas sociais, mas políticas que a longo prazo sejam capazes de sustentar os custos do Estado e ser fonte geradora de recursos, que empregue e amplie o mercado de trabalho, tornando a política de aumento de salários mais efetiva.

Então a política econômica desenvolvimentista tem um desafio além da equidade social, um desafio de se tornar o Estado existente gerador de recursos, no caso, tornando uma indústria empregadora e com condições de trabalho dignas ao trabalhador.

Considerando o crescimento, condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento, aponta-se que o fortalecimento da indústria é um dos pontos essenciais a se pensar, futuramente, no caso, no atual presente, necessário retomar também as questões deixadas de lado desde a Constituição, como a questão da reforma agrária, a educação e sua universalização que ainda não temos uma baixa qualidade em relação ao nível internacional, quando se refere à qualidade.

As políticas de transferência de renda, seguridade social etc que promovem e protegem a população devem ser políticas de universalização da cidadania social, entendida como condições básicas do exercício da autonomia de um indivíduo, garantindo-se seus direitos à vida, à educação, à saúde, à justiça e a uma vida plena, sendo um desafio para o Estado e a sociedade.

Erik Reinert em seu livro “Como os países ricos ficaram ricos e por que os países pobres continuam pobres”, exemplifica que países como a Noruega e a Inglaterra

teve que se industrializar através de uma política ativa. Segundo o autor, seriam necessárias políticas industriais ativas para que não ocorra a “primitivização”.

A primitivização seria um processo extremo de desindustrialização, mas que não implicaria em aumento do setor terciário, outrossim que promoveria baixa tecnologia até mesmo na agricultura, tornando a população cada vez mais vulnerável e com condições precárias tanto em relação aos serviços quanto ao seu trabalho.

Ainda segundo Reinert, primitivização econômica ocorreria quando políticas fossem estabelecidas a partir de um ideário liberal, ou como apregoado pelo “Consenso de Washington”, que sugere um Estado mínimo, em detrimento de políticas que fortaleçam a indústria e o dinamismo econômico.

Dessa forma, para se evitar a primitivização seria necessário observar as atividades econômicas que produzem riqueza e tem maior valor agregado, para não cair na dinâmica econômica de apenas crescer a partir da oferta de commodities e a exportação de produtos agropecuários, pois até mesmo a agropecuária pode tornar a renda concentrada se não favorecer a distribuição de renda ao trabalho.

Em um país baseado na exportação agrícola é necessário que a política social seja parte da política econômica, o que implica em colocar em evidência a questão da reforma agrária, mesmo diante das condições econômicas impostas por órgãos como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e órgãos internacionais que apontam que países em desenvolvimento devem praticar o livre comércio.

Reinert destaca um ponto importante para este trabalho: o que se pode chamar de “subdesenvolvimento Schumpeteriano” e os perigos da “loteria de commodities”.

Os historiadores econômicos introduziram recentemente o termo “loteria de commodities” [*commodity lottery*] ao analisar o desenvolvimento econômico. Trata se de um termo útil, pois as características dos diferentes bens primários influenciam as economias nacionais em muitos aspectos: a “loteria de commodities” molda as economias nacionais de muitas maneiras e determina o potencial de geração de inovações e de concorrência imperfeita (REINERT, 2016, p.249).

O Brasil viveu o boom das commodities exatamente quando procuramos aplicar a equidade social e as políticas sociais necessárias e fundamentais a serem inseridas nas políticas econômicas do país. De certo modo, as commodities colaboraram para o crescimento do país, mas em relação ao PIB e o que as commodities representam. O efeito multiplicador é de curto prazo, uma vez que a capacidade de induzir o

crescimento a partir das exportações agropecuárias é limitado se não houver avanços significativos na tecnologia que permitam maior produtividade do fator fixo e escasso que é a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a primeira parte deste artigo, foi possível caminhar pelo pensamento de teóricos do desenvolvimento e observar os desafios de se aplicar tal proposta, visto os problemas sistêmicos vividos globalmente.

Entende-se que para hoje os países subdesenvolvidos, procurar se desenvolver vai além de expandir as capacidades dos indivíduos de uma nação e além de políticas e ações governamentais, visto a interligação dos mercados e do comércio internacional.

Compreende-se que os desafios para os subdesenvolvidos tornam se cada vez maiores uma vez que organizações que seguem preceitos liberais e outros países já desenvolvidos, querem indicar um receituário a partir de uma proposta econômica que não seguiram. Também é possível levar em conta que os desafios são estruturais e trazem uma dinâmica maior do que os cepalinos previam pois, a dependência do capital e do mercado externo, se tornou cada vez maior, e a falta de um impulso tecnológico e industrial, deixa os países subdesenvolvidos, com poucas saídas para o desenvolvimento.

Na segunda parte do trabalho, é possível compreender a importância das políticas sociais para o desenvolvimento, fazendo parte de um projeto político e ideológico dos países que desejam buscar equidade social. Entretanto muitos desafios em que um Estado ativo deve colocar em pauta, por mais que almeje equidade social, deve se pensar a estrutura da sua produção e investimentos, e a grande concentração de renda visto os rentistas e herdeiros presentes na sociedade que colaboram para o capital financeiro.

Além disso, deve se lembrar da forma como estamos buscando esse desenvolvimento e se ele está sendo sustentado a longo prazo ou não, como vimos crescer baseado em commodities ou deixando sua indústria não ativa e caindo na primitivização é um grande risco ao projeto de desenvolvimento.

Entende então, que para o projeto de desenvolvimento servir a longo prazo, não deve se alinhar a conciliação de classes, e procurar meios e caminhos através de reformas políticas, econômicas e sociais, que diminuam a concentração de renda e as desigualdades e tornem menos pesadas a carga tributária ao mais pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Nelson; SOUZA, JAP de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. **Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo**, p. 57-110, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 1011-1042, 2012.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Unesp, 2004.

DA VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Editora Garamond, 2005.

Diplomacia, estratégia e política. Revista DEP 2007.

FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo. Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. **São Paulo, Fundação Perseu Abramo, vols**, p. 1-2, 2013.

FURTADO, C. 3ed. *O Mito do Desenvolvimento*. Paz e Terra, 1974.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.

REINERT, Erik S. **How rich countries got rich and why poor countries stay poor**. Constable, 2007.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. Oxford Paperbacks, 2001.